

A comunicação dos trabalhadores nos últimos 25 anos. Uma análise necessária

Álvaro BENEVENUTO JR. & Cosette CASTRO

ABSTRACT.

Este artigo pretende discutir desde o ponto de vista histórico, a trajetória da comunicação dos trabalhadores realizada no Brasil nos últimos 25 anos, relacionando-a com a América Latina. Isto porque se reconhece que a comunicação realizada pelos movimentos sociais hoje são uma conseqüência da tarefa desempenhada por profissionais da área e estudantes da comunicação em diferentes momentos históricos durante e pós-ditadura. Mostram-se ainda experiências realizadas pelos movimentos populares e sindicais no Rio Grande do Sul após a abertura política. Do ponto de vista teórico são utilizados especialmente autores como Festa e Lins e Silva (1986), Ferreira (1988), Kucisnki (1991), Momesso (1994) e Downing (2002).

INTRODUÇÃO.

Ao comemorar pelo menos 25 anos de atividades, a Comunicação dos Trabalhadores realizada no Brasil merece uma reflexão desde o ponto de vista acadêmico mais detalhada. Isto porque fatos da recente história econômica, social e política brasileira, se observados a partir da segunda metade do século XX, apresentam elementos que permitem entender essas décadas como catalisadoras do amadurecimento dos movimentos sociais, comunitários e sindicais na América Latina. Um crescimento que contou, nos âmbitos político e social, com o apoio de instituições tradicionais, como as igrejas, as organizações federativas e as profissionais, entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Enquanto isso, a economia consolidava seu projeto de constante atualização do capitalismo, principalmente através das telecomunicações.

A Comunicação dos Trabalhadores que inclui a comunicação popular, sindical e alternativa¹ desenvolveu-se principalmente no Brasil dos anos 80 e 90. Ela inspirou-se nos movimentos de trabalhadores mineiros da Bolívia (com suas rádios comunitárias) iniciados nos idos dos anos 50, na imprensa nanica brasileira dos anos 60/70 e nos movimentos contra carestia realizados por associações de bairro de São Paulo com a ajuda de religiosos ligados à Teologia da Libertação no começo dos anos 80.

O Brasil da imprensa nanica² se encontrava numa situação política delicada, com os militares conduzindo o programa de desenvolvimento nacional, desrespeitando as instituições políticas e usando a força e torturas para eliminar aqueles que criticavam a proposta elaborada pelo governo militar. É nesse período —anos 60/70— que os integrantes da resistência política

investiram na realização de processos alternativos de comunicação, construindo uma imprensa própria e independente das firmas tradicionais, com a intenção de desenvolver a consciência política e criar uma resistência social às propostas e à metodologia desenvolvimentista dos militares. É uma comunicação que se constituiu a partir das organizações sociais e políticas da oposição, que enfrentaram os ataques da ditadura na clandestinidade e tinha um forte viés cultural, ao contar com a colaboração dos intelectuais do teatro, cinema e da própria televisão, além dos especialistas das áreas social, econômica e política.

Essa imprensa crítica e rapidamente prescrita, mesmo sem periodicidade e longevidade definidas,³ colaborou com o surgimento de mobilizações populares contra a carestia e contra a falta de liberdade de expressão e política, ainda na década de 1970. Também colaborou, ainda que indiretamente, na reestruturação dos sindicatos (chamado de Novo Sindicalismo nos anos 80) e no aparecimento de organizações sociais baseadas no trabalho voluntário engajado com as causas oposicionistas e que contaram com a solidariedade internacional. No âmbito da comunicação, trata-se de um importante movimento. As experiências da imprensa alternativa vão servir de base para a organização de uma teia composta de ações e produtos midiáticos que colocaria nas ruas a possibilidade de um outro país, mais solidário e cidadão. Isto é, os movimentos de trabalhadores lançaram mão da possibilidade de construir a sua própria comunicação, o seu próprio discurso, além de buscar constituir um outro espaço de produção de mídias, importando na proposta de uma outra economia de comunicação e informação, embora muitas vezes tenham buscado como espelho os modelos da mídia tradicional.

Por outro lado, sob a ótica histórica e econômica de Hobsbawm, que apontou o século XX como *o século breve*,⁴ pode-se pensar um horizonte mais largo onde se percebe a mobilização dos sistemas de telecomunicações mundiais operando em favor da acumulação do capital. Entre esses movimentos, verifica-se a convergência de mídias (evidenciado pela desregulação e re-regulação das normas de gerenciamento do espectro eletromagnético) e de convergência de proprietários dos meios de comunicação com formação de conglomerados midiáticos, que reúnem firmas especializadas na produção de conteúdos, na manufatura de produtos e na distribuição numa mesma corporação.⁵ Essas ações colaboram com a ampliação da franja de cidadãos excluídos dos processos econômicos, políticos e de acesso à informação.

É uma contradição da era pós-moderna. No momento em que é possível estar conectado ao mundo,⁶ onde as fronteiras de tempo e espaço se diluem rapidamente, a tecnologia só está disponível para aqueles que possuem recursos para adquirir equipamentos e periféricos que habilitam o acesso à rede. Dentro dessa contradição, a resposta da sociedade civil já não é a mesma dos anos 80/90, quando os sindicatos e movimentos populares tinham vida ativa e encontravam eco na sociedade. Agora são os movimentos sociais representados através de entidades civis como as organizações não-governamentais (ONG's) que buscam incluir esses cidadãos nas discussões que se referem à qualidade da vida, assim como no âmbito político e nos processos comunicacionais.

Conforme Downing (2002), esse movimento verificado na arena das interações e das trocas simbólicas, torna necessário um reexame do conceito de comunicação alternativa, exigindo uma categorização específica, tal é a frequência dos fenômenos midiáticos que tentam produzir sentido na sociedade e entre as diferentes audiências. Embora ele esteja contido no bojo do fazer comunicativo que se desenvolve durante o século XX, atualmente ele é visto como mídia radical e alternativa, porque se o conteúdo “sugere que a estrutura econômica ou política necessita urgentemente de certas mudanças (...) no presente são inimagináveis (...), o papel dessa

mídia é manter viva a visão de como as coisas poderiam ser, até um momento na história que são exequíveis”⁷

No território latino-americano, as atitudes dessa mídia radical alternativa se consolidaram, de acordo com Regina Festa,⁸ ao redor de 1970. Ela ocorreu no bojo das decisões do Concílio Vaticano II para dar maior atenção à parcela explorada da população e abrir os ritos eclesiais, permitindo aos leigos realizar celebração religiosa. Não foi uma decisão isolada do contexto político mundial, pois, anos antes, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) reconheceu a independência cultural, econômica e política dos países em desenvolvimento,⁹ condenando as ações dominadoras (e controladoras) do chamado Primeiro Mundo, capitaneadas pelos norte-americanos. Neste sentido, diferentes pesquisadores na América Latina desenvolveram projetos de comunicação apoiados pela Unesco, que valorizavam as Políticas Nacionais de Comunicação e a realidade local, como foi o caso de Luis Ramiro Beltrán e Antonio Pasquali, e projetos de comunicação voltados para os trabalhadores, como foi o caso dos Mattelart.¹⁰

QUAL O PAPEL DOS JORNALISTAS BRASILEIROS?

No momento em que começa a reestruturação da sociedade democrática, a luta por sindicatos livres, associações de bairro e demais entidades civis nos anos 1980, os jornalistas que se aproximaram do movimento popular e sindical eram militantes de esquerda e/ou sindicalistas que não apenas ajudaram a elaborar boletins, panfletos, cartazes e faixas, como foram para as portas de fábrica distribuí-los e ajudar nos movimentos grevistas. É possível dizer que este é o período do *jornalismo militante/engajado*, onde muitas vezes era difícil distinguir até onde ia o papel do profissional e do político durante essa década.

Com a reconquista dos sindicatos e entidades populares, os jornalistas passam a ser contratados como assessores de imprensa ou de comunicação, inaugurando um novo período: o do *jornalismo profissionalizante*. É nesse período que tanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT), como os sindicatos a ela filiados, passam a pensar e a discutir sobre comunicação para os trabalhadores. E no final dos anos 1980, os grandes sindicatos do país, como metalúrgicos, químicos, bancários, professores, entre outros, já possuíam uma estrutura de comunicação de fazer inveja a muitas cidades do interior.

Por exemplo, os bancários de São Paulo possuíam um jornal diário com tiragem de 200 mil exemplares, os químicos tinham uma revista semanal e a maior parte dos sindicatos nacionais publicavam, ao menos, algum veículo semanal. Além disso, foi aberto espaço para a ilustração sindical, que além do espaço nas revistas e jornais, também contou com concursos nacionais de cartuns sindicais. No começo dos anos 1990, a tiragem desses materiais impressos chegaria a 3 milhões mensais em todo país.

Na área eletrônica, os sindicatos desenvolviam programas de rádio para serem instalados na frente da porta da fábrica, enquanto convidavam os associados a participar das reivindicações sindicais. E alguns programas de TV alternativa foram levados a vilas e portas de fábrica, como foi o caso da “Margarida Eletrônica”, em São Paulo, ou do programa de cinco minutos que o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre levou ao ar no começo dos 1990, abrindo espaço no circuito comercial para a TV Bancários.

Desde esse período, as lideranças sindicais defendiam o direito dos trabalhadores ter a concessão de um canal de TV, uma luta que até hoje não surtiu resultados em termo de Brasil, mas que já dá pequenos passos no Rio Grande do Sul, como se verá mais adiante. No vídeo, havia uma preocupação constante em acompanhar os movimentos sindicais (urbano e rural) para desenvolver a memória e resgatar as atividades das entidades de trabalhadores. Aliada a essa produção, de Norte a Sul do país havia um movimento de formação de novas lideranças, através de diferentes cursos de educação sindical.

Toda essa produção não ficou apenas na prática. Ela se refletiu em discussões, seminários e congressos sobre o papel da comunicação dos trabalhadores, dentro e fora da CUT, assim como na elaboração de textos, artigos em revistas sindicais e especializadas até chegar a academia. O que havia começado como uma reunião de jornalistas que trabalhavam em entidades sindicais ou populares dentro dos Sindicatos dos Jornalistas estaduais, cresceu para a formação de um núcleo de jornalistas em assessoria de comunicação da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que se mantém até hoje.

OS GAÚCHOS NA COMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES. PRIMEIROS MOVIMENTOS EM VÍDEO.

Como foi comentado anteriormente, para alcançar o auge da produção comunicacional voltada para os trabalhadores, foi preciso muitos esforços. No caso do movimento popular gaúcho, por exemplo, esses esforços começam mais cedo. Em maio de 1983, ex-militantes políticos clandestinos, profissionais liberais e estudantes universitários fundam o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) em Porto Alegre. A proposta da nova entidade era (e se mantém até hoje) a ajudar na construção da autonomia da classe trabalhadora oferecendo uma reflexão qualificada sobre a conjuntura social, política e econômica; criando oportunidades de promover educação não-formal dos integrantes de diversos movimentos sociais, assim como a conscientização e o desenvolvimento cultural das comunidades excluídas. Além disso, pretendia tornar-se ser um pólo de convergência dos movimentos sociais, comunitários e sindicais para debater as questões candentes da organização das lutas sociais como forma de prepará-los para as questões políticas que se apresentavam no cotidiano, possibilitando às classes populares o poder de governarem seu destino em um Estado democrático, com participação e controle popular.¹¹

Para alcançar esses objetivos, o CAMP estruturou-se em setores que se preocuparam especificamente com as questões urbanas, rurais, formativas e de comunicação, convocando para desenvolver as tarefas, voluntários especialistas em cada área, além de ter uma equipe de assessores remunerados responsáveis pela execução das tarefas burocráticas e pelo desenvolvimento das atividades junto aos grupos sociais assessorados.

Esse trabalho, no primeiro momento, encontrou a solidariedade internacional de movimentos religiosos e sindicais, através do financiamento de projetos para desenvolver ações sociais libertadoras, junto às organizações assessoradas, sem perder de vista a política de promover a auto-sustentação da nova entidade. É nesse lugar que o setor de comunicação ganha relevância nesses 20 anos de história do CAMP, uma das mais antigas entidades aplicar e investir recursos na área da comunicação popular.

O primeiro audiovisual sobre a rearticulação do movimento social gaúcho chama-se *Encruzilhada Natalino*¹².

Sobre ele, comentam os responsáveis pelo projeto:

(...) a gente tinha uma identidade ideológica, de projeto, [éramos] jornalistas, éramos rebeldes e então (...) vamos documentar e vamos fazer um documentário. Estava na época dos retornados [a volta dos anistiados]. Fizemos uma longa entrevista com o Brizola, ali na Mauá (...) fizemos horrores de horas de filme.¹³

Essas imagens foram feitas em película (8 mm.), porque ainda não havia acesso a equipamentos de vídeo com custos viáveis. O registro é importante porque poucos anos mais tarde, enquanto os movimentos sociais paulistas avançavam no uso do vídeo e se aglutinavam em torno da TV dos Trabalhadores,¹⁴ no Rio Grande do Sul acontecia um movimento semelhante. A primeira câmera de vídeo dos trabalhadores chegou no Estado em 1984, através do recém fundado CAMP e do latente Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), cujo processo embrionário foi registrado no documentário “Encruzilhada Natalino”.

A partir da câmera PK VHS, em 1984, pode-se falar em um *momento pré-tecnológico* no movimento audiovisual dos trabalhadores gaúchos. Às lideranças políticas foi apresentado o que se considera como o primeiro vídeo do movimento social gaúcho. Sob o título “Construção”, o audiovisual feito por Laerte Meliga pretendia ensinar os operários a reivindicar direitos trabalhistas, cobrar a atuação mais efetiva do sindicato nas negociações salariais e formar a consciência de cidadania entre os trabalhadores. Era um vídeo feito com mínimas condições técnicas (a instituição não tinha ilha de edição e isso obrigou a equipe a montá-lo manualmente, comprometendo a qualidade estética),¹⁵ mas que atendeu à demanda do trabalho de educação informal proposto para a categoria.¹⁶

Nos anos seguintes, outros equipamentos (das emergentes produtoras de vídeo e de instituições sociais, como a própria igreja católica) foram disponibilizados para registrar a história dos trabalhadores.¹⁷ Surgem grupos como o próprio setor de comunicação do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP);¹⁸ o Núcleo de Vídeo Documentação (NVD),¹⁹ formado principalmente por estudantes e pesquisadores da Sociologia, Comunicação e Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (SINTTEL), entre outros.

O Brasil vivia um ciclo de greves em meados dos anos 80. Foi quando a classe trabalhadora assume definitivamente o papel de protagonista política no país. Havia um campo de documentação social muito extenso e nós nos jogamos aí, criando uma entidade civil, sem fins lucrativos, chamada NVD —Núcleo de Vídeo e Documentação—, que é mais ou menos na mesma época que surge uma associação brasileira de vídeo, a ABVP —Associação Brasileira de Vídeo Popular—, que reúne grupos semelhantes ao nosso em todo o país; grupos e entidades e instituições, como o CAMP, a FASE, a TV Viva em Recife.²⁰

O marco da organização daqueles que faziam uso do vídeo no movimento social gaúcho foi um encontro regional para debater o tema, promovido pelo NVD, em 1985, que teve como palestrante Luís Fernando Santoro, professor da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo, que havia acompanhado a criação da TV dos Trabalhadores. Isso serviu para incentivar outras iniciativas de vídeo e reforçar as já existentes no Sul. Logo depois houve

um curso de capacitação em vídeo, promovido pela UFRGS, que foi freqüentado por grande parte das pessoas envolvidas em vídeo popular naquele momento.²¹

Em seguida ao curso, um grupo de *videomakers* comprometidos com as lutas sociais e alguns dirigentes sindicais, entre eles Mauro Paulo Souza, do SINTTEL, iniciaram as reuniões visando à instalação de uma representação regional da Associação Brasileira de Vídeo no Movimento Popular (ABVMP), criada em 1984 em São Paulo. Em maio de 1986 foi fundada a Associação Brasileira de Vídeo no Movimento Popular (ABVídeo - Regional Sul), tendo como sede o SINTTEL.²² Participavam efetivamente da entidade três grupos de produtores: o próprio SINTTEL e os Núcleos de Vídeo e Documentação da UFRGS e da PUCRS. As outras instituições, como o CAMP, Cáritas e Centro Gaúcho de Audiovisuais, bem como os produtores independentes, estavam presentes em grandes eventos (seminários, cursos e palestras) e projetos especiais, como a cobertura da Greve Geral de 1986 e a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes.

Os gaúchos continuavam nas ruas. Essa efervescência social estava sendo registrada pelas câmeras de vídeo do movimento. Mais tarde, essas imagens resultariam em montagens sobre a própria história das lutas sociais dos trabalhadores, que foram exibidas em lugares onde aconteciam reuniões de trabalhadores, sem ter, até então, um espaço nas emissoras de TV. Essas, ao contrário, se limitavam a cobrir o essencial para o departamento de jornalismo, impedindo, muitas vezes, o acesso às imagens dos próprios personagens da história recente.²³

Na década de 1990, ao mesmo tempo em que se produziam e se exibiam os vídeos engajados com as lutas sociais, havia a perspectiva de construir uma nova forma de incentivar o desenvolvimento cultural dos trabalhadores, fornecendo-lhes informações e formas de olhar o mundo não mostradas mídia, através de outros veículos de comunicação, como revistas culturais, espetáculos de teatro experimental e montagens de textos proibidos pela censura, sessões de cinema de arte financiada por sindicatos, etc. Nesse período, o Centro Gaúcho de Audiovisuais (CGA), organização ligada à congregação salesiana, oferecia infra-estrutura a preços acessíveis para o movimento dos trabalhadores e para as entidades sociais realizarem seus audiovisuais.

Este é contexto que provoca a inauguração, em 1990, da TV Bancários, do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, demarcando, no Estado, a primeira experiência de produção alternativa de televisão que vai para as telas das principais emissoras do Estado, através da compra de espaços comerciais.²⁴

O grupo de vídeo do CAMP e o SINTTEL haviam adquirido mais equipamentos de captação e edição para o mesmo propósito. Porém, a oferta de prestação dos serviços não era freqüente porque as instituições dependiam de trabalho dos voluntários para as tarefas.²⁵ Outras pequenas produtoras surgiram no mercado audiovisual porto-alegrense, aproveitando a qualidade técnica dos novos equipamentos e a demanda que o próprio movimento social ajudara a construir. De um lado trabalhavam com o movimento popular e sindical, mas também pensavam na possibilidade de obter ganhos próprios.

Logo esse entusiasmo acabou e as instituições vão voltar à cena em 1996, com a fundação da Associação das Entidades Usuárias do Canal Comunitário em Porto Alegre, a primeira ocupação desse espaço televisivo da TV a cabo no Brasil, cuja legislação é considerada uma das mais avançadas do mundo. Entretanto, o canal comunitário gaúcho, espaço das associações e sindicatos nas TVs a cabo, até hoje, não terminou de se concretizar no país pela incapacidade das entidades em lidar com as diferenças ideológicas e de construir um projeto comunicacio-

nal coletivo, ainda que seja para ser assistido apenas pelo 8% da população brasileira que tem acesso ao cabo.

Pode-se dizer que no Rio Grande do Sul dos anos 90 havia mais de 30 jornalistas atuando em assessorias de comunicação sindical e popular, desenvolvendo projetos em jornais, revistas, rádios, vídeos, cartazes e TV. A maior redação era a dos Sindicato dos Bancários de Porto Alegre que, em seu auge, chegou a ter 12 profissionais de comunicação, entre repórteres, editores, diagramadores, ilustrador, na área gráfica, mais publicitário e equipe de TV com câmera, repórter, editor e editor de imagem.

Na mesma década, a Central Única dos Trabalhadores elaborou congressos estaduais e nacionais para discutir a questão e a CUT/RS chegou a publicar cadernos sobre o tema e incorporou internet as suas rotinas. A chegada da temática da comunicação sindical e popular na academia demorou um pouco mais. Mas foi a experiência política daqueles jornalistas que ajudou a derrubar barreiras sobre a importância de criar um grupo de trabalho sobre o tema em congressos como a Intercom e de editar livros e revistas que mostrassem a comunicação dos trabalhadores, colaborando para uma nova proposta de sociedade e de comunicação horizontal, dialógica e democrática, no sentido proposto por Mickail Bakhtin (1975) e Paulo Freire (1980). Um dos grandes desafios desses profissionais era pensar uma comunicação voltada para os trabalhadores que incluísse os trabalhadores (ou seja para as audiências), sem repetir os equívocos da mídia comercial, verticalista e (até então) monológica.

REFLEXOS DAS DIFERENÇAS. A COMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SÉCULO XXI.

Embora o movimento sindical e popular e sua comunicação tenha se desenvolvido muito, a crise no mundo do trabalho chegou logo depois da metade dos anos 90, assim como o governo social-democrata de Fernando Henrique Cardoso. De um lado, a globalização e a crise econômica fechou indústrias, uniu diferentes grupos empresariais (vários deles na área da comunicação), incorporou novas tecnologias que reduziram o papel dos trabalhadores e eliminou várias funções não apenas nas fábricas como nas instituições bancárias. De outro lado, o governo de FHC terminou com as greves demarcando um novo momento nas relações sindicais e populares. Esse quadro enfraqueceu o movimento social organizado que perdia associados dia após dia não só pelas demissões, mas também pelo medo a elas e as consequências da participação em sindicatos, entidades populares e/ou partidos políticos de esquerda.

Essa fase pode ser chamada do “enfraquecimento das instituições e da comunicação dos trabalhadores”. Não apenas havia sangria de associados, como também surgiam novas entidades para além da CUT e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), como é o caso da mais expressiva, a Força Sindical que ajudou a dividir ainda mais os trabalhadores. E como em toda crise, os sindicatos de trabalhadores —mesmo os situados mais a esquerda— reproduziram a classe patronal. Isto é, estimularam as demissões voluntárias para “enxugar a máquina” e reduziram as assessorias de comunicação. Exatamente como fazem as empresas frente às crises: reduzem o número de funcionários, cortam salários, cortam projetos de comunicação e muitas vezes praticamente extinguem esses departamentos, deixando apenas um ou dois profissionais.

O começo do século XXI foi marcado pela presença cada vez menor de sindicatos e cada vez maior de entidades da entidade civil que desenvolvem atividades de estímulo a cidadania e a inclusão sozinhos (ou em parceria com diversos níveis dos governos federal, estadual e

municipais) ou mesmo com instituições estrangeiras. No novo século o desafio é reconstituir a comunicação dos trabalhadores dentro de uma perspectiva dialógica, horizontal, interativa, econômica, rápida e ágil, repensando projetos e possibilidades. Nesse sentido, a internet ajudou muito as instituições e suas diretorias, porque agilizou a comunicação e as reuniões, possibilitando um maior intercâmbio entre entidades de diferentes pontos do país e do exterior, assim como com os associados, abrindo espaço para discussão de novos temas, principalmente aqueles ligados à cidadania e a cultura e não somente aos relacionados à política e a economia. Mas isso não significou inclusão digital, porque a maior parte dos associados continua sem saber lidar com as novas tecnologias de comunicação e o pior, sequer tem acesso a computadores e a internet.

A COMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES E O FUTURO.

O que fazer quando se deixa de ser oposição para se tornar, ao menos em teoria, um apoiador de um governo popular que não consegue responder imeditamente às necessidades dos trabalhadores? Esse é o grande dilema dos movimentos sociais —pelo menos os de esquerda—, como os Sem Terra ou mesmo a CUT, que estão tendo que repensar suas formas de atuar e reivindicar no governo Lula.

No que diz respeito à *comunicação dos trabalhadores*, nos próximos anos a tendência é buscar espaços institucionalizados, como por exemplo, ocupar espaços em canais de TV comerciais ou a cabo para tornar-se visível²⁶ e mostrar seus pontos de vista, embora continue na corda bamba entre defender os direitos dos trabalhadores e o governo Lula. Além disso, o uso de internet para divulgar campanhas e baratear a comunicação através de jornais on-line e utilização de páginas web deverá ser incrementado. Também a luta pela concessão de um canal de TV e de rádio para os trabalhadores deve tornar-se mais forte, contando com o apoio de diferentes entidades da sociedade civil representadas no Fórum Nacional pela democratização da Comunicação, e do próprio governo federal.

Além disso, é preciso destacar o espaço que os movimentos e seus projetos sociais tem encontrado na mídia, bem diferente dos anos 1980. Isto é, ONGs, associações de moradores, fundações, movimento dos sem-terra, dos sem-teto e um sem-número de instituições solidárias, preocupadas com o meio-ambiente, a violência urbana e nas estradas, com a violência com a mulher e as crianças, têm mobilizado a sociedade através de campanhas solidárias e obtido visibilidade social através dos meios de comunicação. Isso mostra que embora a comunicação dos trabalhadores e o sindicalismo tenha sofrido um refluxo, os brasileiros (com carteira assinada, no mercado informal ou desempregados) não estão parados. Estão sensíveis e buscam uma sociedade mais justa e com mais qualidade de vida através de ações solidárias.

Antes que alguém pense que esse é um problema restrito aos países periféricos, vale recordar que a crise no mundo do trabalho não ocorre apenas no Brasil. Ela vai começar nos anos 80 do século passado, na Inglaterra, quando Margareth Thatcher decidiu privatizar as principais empresas públicas dando início a um modelo neo-liberal que logo se espalharia por vários países, entre eles o Brasil. Na Espanha do começo do século XXI, existe o que os trabalhadores chamam de “contratos basura”, ou seja, contratos lixo, porque não oferecem nenhuma garantia aos trabalhadores que podem ser demitidos depois de três meses sem receber os direitos sociais.

Na poderosa Alemanha, fábricas inteiras têm sido fechadas em nome da “contenção de despesas” e mudadas para países emergentes, como os asiáticos, preferencialmente que não possuam leis trabalhistas fortes. A vizinha Argentina é outro exemplo nada gratificante. O começo do novo século foi marcado por uma grave crise econômica e política que desestabilizou e empobreceu o então país mais culto da América Latina, aumentando consideravelmente o desemprego, os suicídios e a violência urbana. Tudo isso, com o agravante que esses países não contavam com uma comunicação feita para e com os trabalhadores tão forte como a brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- BENEVENUTO Jr., Álvaro (1998). *Das ruas para a sala de jantar: a TV Bancários em Porto Alegre*. Porto Alegre: PUCRS. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). PPG FAMECOS.
- BENEVENUTO Jr., Álvaro & Luciane SCHOMMER (1996). “A experiência do vídeo ONG: o CAMP de Porto Alegre.” In: DIDONÉ, Iraci & José MENZES. *Comunicação e Política: a ação conjunta das ONG's*. São Paulo: Paulinas: 185-200.
- CAMP. *Quem somos*. Disponível em <<http://camp.org.br/home.htm>>. Acesso em 10 jun. 2004.
- CAPPARELLI, Sérgio & Venício LIMA (2004). *Comunicação e televisão. Desafios da pós-globalização*. São Paulo: Hacker.
- CUNHA, Guaracy. “Entrevista ao autor em 15 jul. 2003.” [Jornalista e produtor de televisão. Foi correspondente de grandes jornais do centro do país, como Jornal do Brasil e Revista Manchete. Ex-coordenador de Comunicação Social da Prefeitura de Porto Alegre (1988-1992), coordenador da Cooperativa de Vídeo e fundadores do grupo Cinema 5].
- DOWNING, John. H. (2002). *Mídia Radical. Rebelia nas comunicações e nos movimentos sociais*. São Paulo: Senac.
- FESTA, Regina (1992). *TV dos Trabalhadores: a leveza do alternativo*. São Paulo: ECA. Tese (Doutorado em Comunicação). ECA-USP.
- FESTA, Regina & Carlos E. Lins da SILVA (1986). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas.
- HOBBSAWM, Eric (2000). *O novo século. Entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Cia das Letras.
- KUCINSKI, Bernardo (1991). *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta.
- MATTELART, Armand (2002). *Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia*. Porto Alegre: Fórum Social Mundial, Palestra.
- PEDROSO, Elson (1994). *A trajetória do vídeo popular no RS: 1983-1994*. São Leopoldo: UNISINOS. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Centro de Ciências da Comunicação, UNISINOS.
- PERUZZO, Círcia M. K. (1998). *Comunicação nos movimentos populares*. Petrópolis: Vozes.
- REES, Claus. *Unões nacionais de teleastas independentes com pretensão política e de pesquisadores em comunicação com pretensão científica. Um estudo sobre a internacionalização de periferias de mídia*. Essen: Universität Konstanz. Monografia (Diplomação em Comunicação Social). Sozialwissenschaftliche Fakultät, Universität Konstanz).

- RODRIGUES, Luis Alberto. “Entrevista ao autor em 25 jul. 2003.” [Diretor de cinema e ex-militante do movimento de vídeo independente. Foi um dos articuladores das primeiras reuniões para fundar a ABVideo].
- SOSA, Leonardo (2003). “Hacia una economía política de la comunicación.” *Revista eletrónica de Comunicación Cultural y Sociedad*. Año I, 2 [oct.-nov., Argentina].
- STROSTA, Márian (1988). *Vídeo nos movimentos populares: uma imagem real*. Porto Alegre: PUC-RS. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Faculdade dos Meios de Comunicação, PUCRS.

NOTAS.

1. E outros 30 nomes com significado parecido.
2. Nome com que eram chamados jornais de oposição como o Pasquim. Eram nanicos porque não faziam parte da chamada “grande” imprensa comercial e tinham dificuldades econômicas para sobreviver.
3. Kucinski faz um aprofundado estudo sobre a imprensa alternativa brasileira, que existiu nesse período. No anexo da obra, apresenta um quadro das publicações, periodicidade e longevidade de cada uma delas. (KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991).
4. O historiador considera que o século XX começou com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914 e terminou com o colapso da União Soviética, seguido da amplitude global que tomou a economia, baseando suas atividades nas redes de telecomunicações, num movimento concluído nos anos 1997 e 1998. O autor chama a atenção de que essa periodização foi uma opção que ele fez para analisar o período, mas que pode ser lavada a termo: “a escolha de uma data específica não passa de uma convenção, e não é algo pelo qual os historiadores estejam dispostos a brigar. Há apenas um indício claro do término do Século Breve: sabemos que, desde 1973, a economia mundial entrou em nova fase. E para quem, como eu, ainda acredita na teoria dos ciclos longos de Kondratiev, essa fase estava destinada a terminar em algum ponto da década de 1990” (HOBSBAWM, Eric. *O novo século. Entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Cia das Letras, 2000: 9-16).
5. Para maiores detalhes, ver em CAPPARELLI, Sérgio & Venício LIMA. *Comunicação e televisão. Desafios da pós-globalização*. São Paulo: Hacker, 2004.
6. As formas de conexão podem ser através da rede mundial de computadores, telefones (celular, via satélite, fixo), pela televisão, rádio, entre outras. Hoje as possibilidades são múltiplas, tal a facilidade oferecidas pelas tecnologias de comunicação.
7. DOWNING, John. H. *Mídia Radical. Rebelião nas comunicações e nos movimentos sociais*. São Paulo: Senac, 2002: 41.
8. FESTA, Regina & Carlos E. Lins da SILVA. *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. Ver também o denso trabalho de PERUZZO, Círcia M. K. *Comunicação nos movimentos populares*. Petrópolis: Vozes, 1998.
9. SOSA, Leonardo. “Hacia una economía política de la comunicación.” *Revista eletrónica de Comunicación Cultural y Sociedad*. [2003] Año I, 2, [oct.-nov., Argentina]: 9.
10. Embora as primeiras experiências de comunicação alternativa datem de 1949, com as rádios mineiras da Bolívia, as ações mais efetivas acontecem a partir de 1970, com o recrudescimento da ditadura militar brasileira e as suas extensões pelos países vizinhos. No Chile, com o governo de Salvador Allende, nessa mesma década, as questões da comunicação e da cultura ganharam importância a partir da atenção dada pelas pesquisas desenvolvidas por intelectuais participantes do governo, como é o caso de Michelle e Armand Mattelart, que integraram a equipe do novo governo e desenvolveram

estudos nessa área. (MATTELART, Armand. *Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia*. Porto Alegre: Fórum Social Mundial, 2002. Palestra.

11. CAMP. *Quem somos*. Disponível em <<http://camp.org.br/home.htm>>. Acesso em 10 jun. 2004.
12. O filme “Encruzilhada Natalino” venceu a categoria Documentário no Festival de Gramado em 1982, mesmo ano em que Nelson Nadotti ganhou o Kikito com “Deu pra ti anos 70”.
13. CUNHA, Guaracy. Jornalista e produtor de televisão. Foi correspondente de grandes jornais do centro do país, como Jornal do Brasil e Revista Manchete. Ex-coordenador de Comunicação Social da Prefeitura de Porto Alegre (1988-1992), coordenador da Cooperativa de Vídeo e fundadores do grupo Cinema 5. Entrevista ao autor em 15 jul. 2003, linhas 32-36.
14. A primeira câmera de vídeo do movimento social brasileiro chegou ao Brasil através de Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em 1982. Ela foi um presente que a Intersindical européia ofereceu aos “novos” sindicalistas brasileiros., como forma de incentivar a reorganização das entidades, fortemente atreladas (e perseguidas) pelo governo militar. (BENEVENUTO Jr., Álvaro. *Das ruas para a sala de jantar: a TV Bancários em Porto Alegre*. Porto Alegre: PUCRS, 1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). PPG FAMECOS. p. 71. FESTA, Regina. *TV dos Trabalhadores: a leveza do alternativo*. São Paulo: ECA, 1992. Tese (Doutorado em Comunicação). ECA-USP. p. 60.)
15. Essa edição foi feita através da cópia não sincronizada das imagens, chamada por edição no dedo, isto é, enquanto um gravador de vídeo permanece em pausa, o outro roda as imagens e, quando chega o ponto de edição, o operador dispara o equipamento de registro. Isso provocou vários problemas de corte e de estabilização dos sinais.
16. CUNHA, Guaracy. *Op. cit.*, linhas 131-134.
17. STROSTA, Márian. *Vídeo nos movimentos populares: uma imagem real*. Porto Alegre: PUC-RS. 1988. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Faculdade dos Meios de Comunicação, PUCRS. PEROSO, Elson. *A trajetória do vídeo popular no RS: 1983-1994*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Centro de Ciências da Comunicação - UNISINOS. BENEVENUTO JR.; SCHOMMER, Luciane. “A experiência do vídeo ONG: o CAMP de Porto Alegre.” In: DIDONÉ, Iraci & José MENZES. *Comunicação e Política: a ação conjunta das ONG's*. São Paulo: Paulinas, 1996: 185-200.
18. Em 1985, o vídeo do CAMP acompanhou a ocupação da Fazenda Annoni, a maior mobilização de trabalhadores sem-terra da década. Em 1987 foi produzido o documentário “A Torquês”, retratando a vitória dos sindicalistas ligados à CUT nas eleições sindicais e a greve dos sapateiros de Campo Bom. Em 1990, voluntários da entidade propõem a formação de um núcleo de estudos e prática de imagem em movimento, com a intenção de assessorar os movimentos e, em 1992, o setor de comunicação se transforma na produtora CAMP Vídeo, com características de produtora comercial, transformando-se em projeto de auto-sustentação da organização.
19. Vinculado ao Grupo de Estudos Agrários (GEA), o NVD tinha seu trabalho voltado para a documentação da história do que para o trabalho de educação popular, propriamente dito. O NVD funcionou até a fundação da ABVídeo.
20. RODRIGUES, Luis Alberto. Entrevista ao autor em 25 jul. 2003. Linhas 15-22 [Diretor de cinema e ex-militante do movimento de vídeo independente. Foi um dos articuladores das primeiras reuniões para fundar a ABVídeo].
21. STAROSTA, Marian, *op. cit.*: 46 e PEDROSO, Élson, *op. Cit.*: 31.
22. A Associação Brasileira de Vídeo no Movimento Popular, em 1990, mudou seu nome para Associação Brasileira de Vídeo Popular e, em 1995, passou a atuar através de grupos temáticos, não mais se caracterizando como associação de produtores de vídeos populares. Já a Regional Sul da ABVMP, ABVídeo, encerrou suas atividades em 1994, com a própria desarticulação dos produtores gaúchos. (Ver em detalhes REES, Claus. *União nacionais de teleastas independentes com pretensão política e de pesquisadores em comunicação com pretensão científica. Um estudo sobre a internacionaliza-*

ção de periferias de mídia. Essen: Universität Konstanz, 1990. Monografia (Diplomação em Comunicação Social). Sozialwissenschaftliche Fakultät, Universität Konstanz..

23. As imagens das emissoras de televisão, quando são arquivadas, são vendidas para uso em outros audiovisuais. Seu custo é calculado por segundo de cópia, como forma de cobrir os gastos com os direitos autorais e o próprio investimento que a emissora faz para manter as equipes de jornalismo. Tem-se que considerar ainda que o movimento social, nessa época, foi um crítico voraz das empresas de comunicação, principalmente a Rede Globo e afiliadas, o que “inflacionou” o custo das imagens, tornando inalcançáveis para as organizações. É certo também que não havia nenhum interesse das emissoras em ceder essas imagens.
24. Era um projeto do Departamento de Imprensa e Divulgação do Sindicato dos Bancários, cujo propósito central era o de se constituir como pólo da produção audiovisual em vídeo do movimento. Os programas da categoria foram exibidos em *breaks* comerciais de dois minutos, no *Jornal do Almoço* (um dos principais noticiários do meio-dia no RS), em 1991, indo para a TV Guaíba, com oito minutos, no ano seguinte. Porém, problemas financeiros e políticos tiraram a programação do ar, durante o ano de 1993. A TV Bancários voltou a ser exibida no segundo semestre de 1994, agora na grade do SBT gaúcho, com a duração de três minutos. Ver BENEVENUTO JR. Álvaro. *Das ruas para a sala de jantar...*, op. cit.
25. A Prefeitura de Porto Alegre, a partir de 1988, também operou no sentido de montar sua própria estrutura de produção audiovisual (ligada à Coordenação de Comunicação) e realizou trabalhos para a Secretaria de Cultura, que havia lançado o Núcleo de Cinema e Vídeo, além de tarefas institucionais da Assessoria de Comunicação.
26. O programa da CUT, exibido nacionalmente pela RedeTV, desde fevereiro de 2004, é um exemplo desta busca pela visibilidade no espaço midiático privado.